

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO Nº 219/2021
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Riozinho, Estado do Rio Grande do Sul, situada na Av Guerino Pandolfo, nº 580, Centro, através do seu Prefeito Municipal, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, conforme descrito neste edital e seus anexos, o qual será processado e julgado em consonância com a Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto Municipal nº 011 de 10 de abril de 2007 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como das demais condições e exigências estabelecidas neste Edital.

01- OBJETO DA LICITAÇÃO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- É objeto desta licitação a aquisição de medicamentos, conforme descrição constante do Anexo III.

P.S.: Os produtos deverão ser entregues integralmente, no endereço: Av Guerino Pandolfo, 580, centro de Riozinho (Farmácia Municipal), devendo este endereço constar no conhecimento do frete, sem custo adicional.

P.S.1: A entrega dos produtos se dará num prazo **máximo de 10 dias corridos**, após a convocação do setor de licitações (envio da nota de empenho), conforme quantidades solicitadas.

02 – LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1- A abertura desta licitação ocorrerá no **dia 30 (trinta) de março de 2021, às 08 (oito) horas**, na sala Licitações da Prefeitura Municipal de Riozinho, sita na Av. Guerino Pandolfo, nº 580, Riozinho, centro, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 – Propostas de Preços e nº 02 – Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a declaração, em separado, dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital.

2.2- As empresas interessadas, através de seus representantes legais, deverão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, antes do horário marcado para início da sessão, no dia especificado no item anterior.

2.3- Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

03 – DO CREDENCIAMENTO

3.1- O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro ou equipe de apoio diretamente ou através de seu representante munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente que, devidamente identificado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2- O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os

demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente ou, em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato social, no qual estejam expressos seus poderes.

3.3- A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, bem como a declaração de que preenche os requisitos de habilitação, caso a proponente não fez a declaração poderá fazê-la no ato do credenciamento.

3.4 - Comprovação de ser microempresa ou EPP para obtenção do privilégio do item 7.3

04 - DA PROPOSTA FINANCEIRA

4.1- A proposta financeira de cada item deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 01(uma) via redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, a indicação do envelope nº 1, para o que se sugere a seguinte inscrição:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO/RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA FINANCEIRA
INDICAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO
CNPJ:

4.2- Na Proposta de Preços deverá constar:

4.2.1- Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura do Envelope nº 01 - Proposta de Preços, caso não conste prazo de validade será considerado 60 dias;

4.2.2- Preço unitário e total, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo três casas demais, p.e. R\$0,123 considerando as condições deste Edital;

4.2.3 - Especificações detalhadas dos produtos, mencionando **MARCA** de cada item e a **validade**, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, caso o medicamento tenha prazo inferior, o prazo máximo nele estipulado;

4.2.4 - Declaração de troca de mercadoria comprometendo-se a trocar o medicamento caso ele não seja usado em até dois meses antes de seu vencimento.

4.2.5 - Autorização de funcionamento de empresa (AFE), concedido e emitido pelo Ministério da Saúde, em nome dos Laboratórios responsáveis pelos medicamentos cotados;

4.2.6 - Registro atualizado no ministério da saúde dos medicamentos cotados c/ indicação do nº do item ao qual se referem;

4.2.7 - Prazo **máximo** para entrega dos produtos – que não poderá ser superior a **10 dias corridos**, após a convocação do setor de licitações (envio da nota de empenho);

4.2.8 - As embalagens deverão ser em blisters de 10 comprimidos ou frascos ou caixas c/ no máximo 30 comprimidos por unidade/frasco. Não serão aceitos embalagens com quantidades maiores às estipuladas anteriormente.

P.S.8: Os documentos mencionados nos itens “4.2.5” e “4.2.6” deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por tabelionato ou por publicação de imprensa oficial, ou via Internet.

P.S.9: Solicitamos às proponentes que somente cotem os produtos que estiverem efetivamente em depósito ou disponíveis no prazo previsto e convocado para a entrega, pois não serão aceitas desclassificações por motivos, tais como: a proponente não conseguiu comprar o produto cotado, o fabricante não fabrica mais, o fabricante não entregará no prazo acordado, o órgão está em greve, enganou-se na cotação, etc...

P.S.10: Cotar os medicamentos que estamos solicitando e não ofertar outros com outras especificações, independente do motivo alegado, mesmo que o produto solicitado não existe nesta dosagem, embalagem e/ou outro. Ver também subitem nº **6.4.2** do edital.

P.S.1: Somente devem ser ofertados produtos que estiverem efetivamente em depósito da proponente, ou disponíveis no prazo previsto e convocado para a entrega, pois não serão aceitas desclassificações por motivos, tais como: a proponente não conseguiu comprar o produto cotado, o fabricante não fabrica mais, o fabricante não entregará no prazo acordado, o órgão está em greve, enganou-se na cotação, etc...

P.S.2: Cotar os materiais que estamos solicitando e não ofertar outros com outras especificações, independente do motivo alegado, mesmo que o produto solicitado não existe nesta dosagem, embalagem e/ou outro. Ver também subitem.

P.S.3: A proponente vencedora deverá especificar no corpo da nota fiscal além da quantidade, o lote e a validade de cada produto, se for o caso. E no conhecimento do frete indicar o **local de entrega que é Av. Guerino Pandolfo, 580, centro, Riozinho/RS.**

4.2.5- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

4.2.6- A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2.7- Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

05 - DA HABILITAÇÃO

5.1- Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, no envelope nº 02 Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 01(uma) via e em cópias autenticadas, por cartório competente, sendo que os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados na forma original, entretanto estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela comissão de licitações.

5.1.1- Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade expirado, exceto na hipótese da LC 123/06.

5.1.2 - Os documentos deverão ser fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

5.1.3.1- O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação do proponente.

5.1.4- Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60

(sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

5.1.5- Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do envelope nº 02 na face externa para o que se sugere a seguinte inscrição:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOZINHO/RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
INDICAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENDEREÇO COMPLETO
CNPJ:

Os proponentes deverão apresentar:

5.2- Documentos relativos à habilitação jurídica:

5.2.1- Ato constitutivo, estatuto em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.2- Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.2.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.2.4- Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando;

5.2.4.1- Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

5.2.4.2- Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

5.2.4.3- Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05(cinco) anos;

5.2.4.4- Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no Art. 9º da Lei Federal 8.666/93 consolidada pela Lei Federal 8.883/93

5.3 – Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

5.3.1 – Comprovação do que o proponente possui capacidade técnica para o fornecimento dos objetos licitado – ao que se aferirá por meio de um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.4- Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

5.4.1- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.4.2- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente;

5.4.2.1- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal e PGFN deverá ser feita através de Certidão conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 003 de 22/11/2005.

5.4.3- Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

5.4.4- Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal.

5.4.5 - Certidão Negativa de Débito Trabalhista emitida pela justiça do Trabalho em vigor

5.5- Documentos relativos à Qualificação Econômico Financeira:

5.5.1- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica no máximo a 60 dias da data fixada para a abertura do certame.

5.6- Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, e assim sucessivamente, cabendo ao pregoeiro a análise das propostas que atendam ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5.7- A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

5.8 – Estará dispensada a reapresentação da documentação entregue no ato do credenciamento e ora exigido.

06 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

6.1- Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes nº 01 e nº 02 e declaração, em separado, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital.

6.2- Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste edital.

6.3- Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, sendo que serão apreciadas e julgadas por primeiro as propostas referentes ao item I e assim sucessivamente.

6.4- Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.5- Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas escritas, nas condições fixadas no item anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.6- No curso da Sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior valor, até a proclamação da vencedora.

6.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais será utilizado como critério para desempate, preferência para microempresa e empresa de pequeno porte. Persistindo o empate será adotado como critério o sorteio para determinação da ordem dos lances.

6.8 - Para o julgamento poderá a Comissão louvar-se em pareceres de outras entidades.

6.9- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista.

6.9.1- Dada a palavra a licitante, esta disporá de 03 (três) minutos para apresentar nova proposta.

6.10 - É vedada a oferta de lance com vistas ao empate.

6.11 - A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$0,001 (um milésimo de centavo), podendo o valor ser redefinido na própria sessão.

6.12 - O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita ou do último lance ofertado, se houver.

6.13 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.14 - Dos lances ofertados não caberá retratação, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no presente edital.

6.15 - Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.16 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.17 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço para a máquina.

6.18 - Serão desclassificadas:

6.18.1- As propostas que não atenderem às exigências contidas no presente edital; as que contiverem opções de preços alternativos; as que ultrapassarem os valores máximos discriminados no Anexo III, do presente edital e as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

6.19 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.20 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital.

6.21 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

6.22 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o proponente será declarado vencedor do objeto.

6.23- Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.24 - Qualquer proponente, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

6.25 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito, por intermédio do Pregoeiro, em duas vias, no endereço constante no preâmbulo deste edital, mediante protocolo, vedado qualquer outra forma de encaminhamento.

6.25.1 - Os recursos serão enviados ao Pregoeiro, cabendo ao mesmo o seu encaminhamento devidamente instruído.

6.26 - Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, o Pregoeiro remeterá o processo ao Prefeito Municipal, para homologação e adjudicação do objeto.

6.27- A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na decadência do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo as regras e condições fixadas no edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

6.28 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, que será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

6.29 - A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

6.30 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.31 - O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

07 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1- Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

7.2- O objeto deste PREGÃO será adjudicado à(s) proponente(s) cuja proposta seja(m) considerada(s) vencedora(s).

7.3- Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas será dada, preferência para micro empresa e empresa de pequeno porte. Persistindo o empate será adotado como critério o sorteio, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei 8.666/93.

7.4- O pregoeiro poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

08 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1- Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para a realização do Pregão, no serviço de Protocolo, situado no endereço mencionado no preâmbulo, vedada qualquer outra forma de encaminhamento, cabendo ao Prefeito Municipal decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

8.2- Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital, nos moldes do item anterior, o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

8.3- A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1- Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido a autoridade competente.

9.2- A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação, sendo então somente expedida autorização de fornecimento.

10- DAS PENALIDADES

10.1- Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução total do contrato: multa diária de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 04 (quatro) anos e multa de 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

10.2- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.3- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.4- Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

10.5- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativos às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

11 – DOS PRAZOS, PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1 Todas as entregas deverão ocorrer nas quantidades solicitadas em parcela única, dentro do prazo máximo previsto no item 4.2.7.

11.2 O local de entrega é na Farmácia Municipal da Secretaria de Saúde – Av. Guerino Pandolfo, 580, centro, sem custo adicional de frete. (Favor colocar este endereço no conhecimento do frete)

11.3 - Pagamento: O pagamento será efetuado em até 21 (vinte e um) dias após a entrega das quantidades solicitadas.

11.4 - O pagamento será efetuado mediante depósito em Conta Corrente, para tanto é necessário que a proponente vencedora anexe os dados bancários à nota fiscal.

11.5- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 - As despesas decorrentes do presente Edital serão por conta da dotação orçamentária em vigor, como segue:

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 01 – Recursos ASPS
PROJETO: 2048 – Fornecimento de Medicamentos Gratuitos
RECURSO: 40 - ASPS
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 02 – Recursos Estaduais
PROJETO: 2047 – Programa Farmácia Básica
RECURSO: 4550 – Farmácia Básica Estadual
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 03 – Recursos Federais
PROJETO: 2047 – Programa Farmácia Básica
RECURSO: 4003 – Custeio/Assistência Farmacêutica
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do objeto, o proponente vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, e incidência de multa de 10% sobre o valor total homologado, conforme art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.1.1 - Se, dentro do prazo, a convocada não assinar a ata de registro de preços, o Município convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços.

13.2 – A ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.3 – A Contratada é responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.4 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

13.5 - A Contratada assume única e exclusiva responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.6 - A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, com as consequências previstas no próprio termo e as previstas em Lei.

13.7 – A ata de registro de preços terá validade de 01 (um) ano improrrogável.

13.8 – A ata de registro de preços a ser assinada terá como base a minuta de ata, Anexo V deste edital.

14 - DOS ANEXOS

14.1- Fazem parte do presente Pregão:

14.1.1 - Anexo I, contendo de declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação;

14.1.2 – Anexo II, contendo o modelo de credenciamento;

14.1.3 - Anexo III, contendo o modelo da proposta comercial;

14.1.4 - Anexo IV, contendo o modelo de Declaração negativa de emprego a menor.

14.1.5 – Anexo V, contendo a Minuta da Ata.

15 - DAS DEMAIS INFORMAÇÕES

15.1- Maiores esclarecimentos e informações relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto deverão ser solicitados a Comissão de Licitações, através de comunicação escrita, dirigida ao seguinte endereço: Av. Guerino Pandolfo. 580, Centro, Riozinho/RS, e-mail: licitacao@pmriozinho.com.br ou informações pelo telefone nº 51 – 3548 1090 Ramal 310.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2- A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por revogação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes.

16.4 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;

16.5 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou expediente normal, subsequentes aos ora fixados, nos mesmos horários.

16.6 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Riozinho/RS, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

16.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Taquara/RS, com expressa renúncia a outro, por mais privilegiado que seja.

Riozinho-RS, 17 de março de 2021.

ALCEU MARCOS PRETTO
Prefeito Municipal

Este edital foi examinado e aprovado
pela Assessoria Jurídica do Município.
Em ____/____/2021.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2021
PROCESSO Nº 219/2021**

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

(Nome da empresa).....,CNPJ nº.....,
sediada na(endereço).....,
(Cidade/Estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos
estabelecidos no presente Edital, do Pregão Presencial nº 005/2021, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data:

Assinatura:

Nome do Declarante:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO Nº 219/2021**

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis/RS, no Pregão Presencial nº 005/2021, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de 2021.

Outorgante

Outorgado

ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO Nº 219/2021
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Data:

Pregão Presencial nº 005/2021

À:

Prefeitura Municipal de Riozinho/RS

A/C Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A empresa _____, com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta financeira, nas seguintes condições:

ITEM	QUANT	UNID	FARMÁCIA BÁSICA	Valor proposto	Marca
			DESCRIÇÃO DO PRODUTO		
1	40.000	COM	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG		
2	5.000	COM	ACIDO FÓLICO 5 MG		
3	1.000	FR	ACIDO VALPROICO 50 MG/ML 100 ML		
4	30.000	CAP	ACIDO VALPROICO 500 MG		
5	1.000	FR	ALBENDAZOL 40 MG/ML 10ML		
6	12.000	COM	ALOPURINOL 100MG		
7	7.000	COM	AMINOFILINA 100 MG		
8	100.000	COM	AMITRIPTILINA 25 MG		
9	8.000	FR	AMOXICILINA 50 MG/ML		
10	25.000	COM	AMOXICILINA 500 MG		
11	8.000	COM	AMPICILINA 500 MG		
12	30.000	COM	ANLODIPINO 5 MG		
13	1.000	FR	AZITROMICINA SUSP. 200MG/ML – FRASCO 15ML		
14	25.000	COM	AZITROMICINA 500 MG		
15	60.000	COM	CARBAMAZEPINA 200 MG		
16	40.000	COM	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG		
17	15.000	COM	CARVEDILOL 12,5 MG		
18	700	FR	CEFALEXINA 250 MG/ML		
19	12.000	COM	CEFALEXINA 500 MG		
20	700	COM	CETOCONAZOL 200 MG		
21	15.000	COM	CICLOBENZAPRINA 5 MG		
22	15.000	COM	CIPROFLOXACINO 500 MG		
23	8.000	COM	CLOMIPRAMINA 25 MG		

24	8.000	FR	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML 20 ML		
25	15.000	COM	CLOPIDRIGUEL 75 MG		
26	30.000	COM	CLORPROMAZINA 25 MG		
27	30.000	COM	CODEINA+PARACETAMOL 30+500		
28	5.000	BG	DEXAMETASONA 1 %		
29	1.500	FR	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML		
30	1.000	FR	DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML		
31	2.000	COM	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG		
32	20.000	COM	DIAZEPAM 5MG		
33	15.000	COM	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50 MG		
34	25.000	COM	DIPIRONA 500 MG		
35	5.000	FR	DIPIRONA 500 MG/ML		
36	5.000	FR	DROPOPIZINA 3 MG/ML		
37	20.000	COM	ESPIROLACTONA 25 MG		
38	10.000	COM	FENITOINA 100 MG		
39	10.000	COM	FENOBARBITAL 100 MG		
40	1.000	FR	FENOBARBITAL 40 MG/ML 20 ML		
41	1.000	COM	FLUCONAZOL 150 MG		
42	90.000	COM	FLUOXETINA 20 MG		
43	45.000	COM	FUROSEMIDA 40 MG		
44	15.000	COM	HALOPERIDOL 5 MG		
45	700	AMP	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML		
46	10.000	COM	IBUPROFENO 300 MG		
47	2.000	FR	IBUPROFENO 50 MG/ML 30 ML		
48	25.000	COM	IBUPROFENO 600 MG		
49	50.000	COM	IVERMECTINA 6 MG		
50	25.000	COM	LEVOMEPROMAZINA 100 MG		
51	700	FR	LEVOMEPROMAZINA 4 %		
52	20.000	COM	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG		
53	30.000	COM	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG		
54	10.000	COM	LORATADINA 10 MG		
55	7.000	COM	METOCLOPRAMIDA 10 MG		
56	1.000	FR	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML 10 ML		
57	700	BG	METRONIDAZOL 100 MG/G 30 G		
58	5.000	COM	METRONIDAZOL 250 MG		
59	700	BG	MICONAZOL NITRATO 20 MG/G		
60	700	BG	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG/G+250UI/G		
61	15.000	COM	NIMESULIDA 100 MG		
62	1.000	BG	NISTATINA 25000 UI/G		
63	2.000	COM	NITROFURANTOINA 100 MG		
64	85.000	CAP	OMEPRAZOL 20 MG		
65	3.000	FR	PARACETAMOL 200 MG/ML 15ML		

66	25.000	COM	PARACETAMOS 500 MG		
67	300	FR	PERMITRINA 10 MG/ML 60 ML		
68	5.000	COM	PIROXICAM 20 MG		
69	7.000	COM	PREDNISONA 5 MG		
70	15.000	COM	PREDNISONA 20MG		
71	7.000	COM	PROMETAZINA 25 MG		
72	3.000	SCH	SACCHAROMYCES BOULARDII 200 MG		
73	5.000	SCH	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL		
74	1.000	FR	SIMETICONA 75 MG/ML 15 ML		
75	20.000	COM	SUCCINATO DE METROPOLOL 25 MG		
76	20.000	COM	SUCCINATO DE METROPOLOL 50 MG		
77	1.000	BG	SULFADIAZINA DE PRATA 1 % 30 G		
78	5.000	COM	SULFATO FERROSO 40 MG		
79	10.000	COM	SULFATO DE ZINCO 50MG		
80	5.000	COM	VARFARINA SÓDICA 5MG		
81	20.000	COM	VITAMINA D 2000UI – COLICALCIFEROL		
82	5.000	COM	XARELTO 10MG		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ _____

Validade da proposta: _____ dias (MÍNIMO 60 DIAS). Caso não conste será considerado 60 dias.

P.S.1: Todos os itens devem ter registro na ANVISA.

TELEFONE E PESSOA P/ CONTATO: _____

OBSERVAÇÕES: _____

PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA - não poderá ser superior a 10 dias corridos, após o recebimento da ordem de compra, onde constará a descrição do medicamento e a quantidade a ser entregue.

OBS.1: Os valores acima mencionados são os valores máximos admitidos para cada item, admitir-se-á, uma variação de até 10% (dez por cento) a mais, devido a crise ora enfrentada.

OBS.2.: Colocar a marca, sob pena de desclassificação (não esquecer), caso não tenha colocado poderá indicar na própria sessão.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do Edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Representante legal do Proponente: _____

Carimbo do CNPJ ou dados completos do proponente:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO Nº 219/2021
ANEXO IV**

DECLARAÇÃO

Referente ao Pregão Presencial 004/2021

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de atendimento ao disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(Assinatura Representante Legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2021
PROCESSO Nº. 219/2021
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE RIOZINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº....., com sede na Av. ..., nº ..., , Centro, na cidade de Riozinho /RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ALCEU MARCOS PRETTO, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ____, inscrita no CNPJ sob o nº ____, sito na rua _____ nº _____, bairro _____ na cidade de _/_____, neste ato representado por seu representante habilitado, Sr. _____, portador de RG nº _____, CPF nº _____ doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, com a finalidade aquisição de medicamentos, sujeitando-se às seguintes cláusulas contratuais pertinentes ao Pregão Presencial Nº 005/2021.

CLÁUSULA I – DO OBJETO 1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para aquisição de **MEDICAMENTOS**, conforme especificados abaixo:

.....

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2- Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Riozinho-RS não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3- Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado, em até 21 (vinte e um) dias, após a entrega e aceitação dos respectivos medicamentos, mediante apresentação dos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Riozinho-RS, no qual, deve estar discriminado tudo o que foi entregue, e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

3.2- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

3.3- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelos fiscais, através o Termo de Recebimento Definitivo dos materiais.

3.4 Não será efetuado qualquer pagamento à FORNECEDORA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.5 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais.

3.6 O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.7 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 – Prazo e Local de entrega: Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando o prazo vigente da Licitação-Registro de Preço. Os itens devem ser entregues, em até 10 (dez) dias após o recebimento do empenho pelo fornecedor, acompanhado da devida nota fiscal, diretamente no seguinte local:

4.1.1. Farmácia Municipal da Secretaria Municipal da Saúde, sito à Av. Guerino Pandolfo nº 580, Centro, Riozinho/RS, no horário de expediente das 08:00 às 12:00horas e na parte da tarde das 13:00 às 17:00horas, de segunda a sexta-feira, aos cuidados dos fiscais do contrato Andrea Laís Nunes e Bruna Flávia Wasem, que terão 48(quarenta e oito) horas úteis para a conferência e aceitação final dos produtos.

4.2 - Todos os medicamentos em forma de comprimidos deverão ser entregues embalados em “blisters/frascos”, conforme medida adotada por cada laboratório.

4.3- Todos os medicamentos desta licitação serão recebidos e aceitos, mediante fiscalização dos servidores nomeados por portaria específica, onde serão considerados os seguintes requisitos:

a. Condições/qualidade da embalagem.

b. Data de fabricação/vencimento.

c. Se o medicamento está conforme o exigido no edital licitatório.

d. Apresentação dos respectivos LAUDOS TÉCNICOS analíticos e Registro na ANVISA de cada medicamento (os produtos devem possuir registro na ANVISA).

4.4- Na nota fiscal deve vir especificado o lote, data de fabricação e data de validade dos medicamentos.

4.5 - Tais medicamentos estarão sujeitos à devolução, caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

4.6- Condições da entrega: No momento da entrega dos materiais, deverá ser respeitado o seguinte:

4.6.1- Caso os materiais não correspondam ao exigido pelo edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de cinco dias úteis a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no contrato, no edital, na Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006.

4.6.2- Os produtos devem apresentar prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses ou 90% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total a partir de sua data de fabricação, quando da entrega.

4.6.3- A entrega de produto com prazo de validade menor que este deverá ser solicitada pela contratada por meio de documento formal ao Departamento de Licitações por escrito e este consultará os Fiscais do Contrato que vão avaliar a possibilidade de uso sem perda por vencimento.

4.6.4- As despesas com a entrega dos produtos são de responsabilidade da contratada.

4.6.5- O fornecedor deverá apresentar cópia da nota fiscal de procedência da mercadoria e lote correspondente, ou seja, do fabricante ou distribuidora autorizada por este, para fins de comprovação de garantia de origem.

4.6.6. O LAUDO do laboratório fabricante (ORIGINAL OU CÓPIA LEGÍVEL AUTENTICADA OU SEGUNDA VIA DO ORIGINAL) deverá acompanhar cada lote do medicamento quando da entrega, devendo observar os seguintes requisitos: ser em papel timbrado do laboratório, em LÍNGUA PORTUGUESA, deverá constar número do lote, data de fabricação e validade, nome completo e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia do responsável, indicação da Farmacopéia de referência, os valores dos parâmetros de aceitação e os valores dos resultados encontrados no ensaio.

4.6.7- A Prefeitura Municipal de Riozinho-RS se reserva o direito de, a qualquer tempo e com ônus para o fornecedor contratado, solicitar a elaboração de LAUDO EXTERNO de controle de qualidade, devendo ser autorizado pelo CONTRATADO no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após a solicitação do órgão requisitante. O LAUDO deverá ser expedido por um dos laboratórios analítico-certificadores, referendados pelo MS (conforme Portaria nº 1.818, de 02/12/1997), devendo ser em papel timbrado do laboratório, não podendo ser manuscrito, e constando o nome completo e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia do responsável assim como deverá conter os mesmos testes realizados pelo próprio fabricante em sua linha de produção, com indicação da farmacopéia de referência e parâmetros de aceitação, constando o nome do medicamento em “DCB” (Denominação Comum Brasileira).

4.6.8- O Contratado autoriza que a Prefeitura Municipal de Riozinho-RS receba o RESULTADO da ANÁLISE imediatamente após a conclusão do Laudo. Esta autorização deverá ser expressa, POR ESCRITO, pelo Contratado ao Laboratório e ENTREGUE ao CM Granpal, ANTES do fornecimento das AMOSTRAS, respeitado o prazo de até cinco dias após a solicitação formal do Município, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

4.6.9- As informações das embalagens dos produtos devem seguir as exigências da RDC/ANVISA nº. 185/2001.

4.6.10 - Tais medicamentos, estarão sujeitos à devolução, caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

4.7. A entrega será realizada conforme item 4.1 desta ata, nos endereços indicados, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.8. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Administração Municipal não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.9. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 3 (três) dias.

4.10. A Secretaria terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a

substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, ANEXO III da LICITAÇÃO e em consonância com a proposta de preço apresentada;

5.2.2. Obedecer à cronologia da entrega dos produtos, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.

5.2.3. Indenizar terceiros, por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

5.2.4. Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

5.2.5. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

5.2.6. Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

5.2.7. Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias.

5.2.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato quando formalizado.

5.2.10. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada;

5.2.11. Efetuar troca do medicamento, caso não esteja de acordo com o exigido.

5.2.12. Juntamente com a nota fiscal a CONTRATADA deve enviar cópia do Registro na ANVISA e laudo analítico dos medicamentos.

5.2.13. O fornecedor deverá apresentar cópia da nota fiscal de procedência da mercadoria e lote correspondente, ou seja, do fabricante ou distribuidora autorizada por este, para fins de comprovação de garantia de origem.

5.2.14. As informações das embalagens dos produtos devem seguir as exigências da RDC/ANVISA nº185/2001.

5.2.15. Os medicamentos no momento da entrega devem apresentar validade igual ou superior a 12 (doze) meses ou 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total a partir de sua data de fabricação, quando da entrega.

5.2.16. Especificar na nota fiscal, o lote, data de fabricação e data validade dos medicamentos.

5.2.17. As empresas vencedoras deste certame serão responsáveis pelo transporte, seja próprio ou subcontratado, conforme normas da ANVISA. A empresa que efetuar o transporte dos materiais até o endereço informado no presente edital e deverá possuir Autorização de Funcionamento para transporte conforme objeto deste edital (medicamentos, produtos para saúde, saneantes, cosméticos) junto à ANVISA.

5.2.18. Será de responsabilidade de cada empresa vencedora do certame cumprir o item acima ou subcontratar transportadoras que também cumpram.

5.2.19. Os produtos adquiridos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição constante do Anexo do Edital, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se ao Município, o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a promover suas substituições sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Nota de Empenho, sujeitará a detentora da Ata, às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 20 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao valor atualizado do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como obrigação de reparar o dano/prejuízo causado;

7.2- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso;

7.3- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

7.4- Da aplicação das penas definidas nos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item “7.1”, caberá recurso no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da intimação;

7.5- Da aplicação das penas definidas nos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item “7.1”, o valor será atualizado conforme IPCA;

7.6- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativos às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de até 03 (três) dias úteis.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando: 8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

8.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.1.6. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.

8.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições.

9.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA X - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação:

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 01 – Recursos ASPs
PROJETO: 2048 – Fornecimento de Medicamentos Gratuitos
RECURSO: 40 - ASPs
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 02 – Recursos Estaduais
PROJETO: 2047 – Programa Farmácia Básica
RECURSO: 4550 – Farmácia Básica Estadual
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

*ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
UNIDADE: 03 – Recursos Federais
PROJETO: 2047 – Programa Farmácia Básica
RECURSO: 4003 – Custeio/Assistência Farmacêutica
CATEGORIA: 3.3.90.32 – Material de distribuição gratuita*

CLÁUSULA XI - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2021 e a proposta das empresas retro citadas, classificadas em 1º lugar, nos itens citados na Cláusula I, no certame supranumerado.

12.2- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/2006 e pelo Decreto Municipal nº 011 de 10 de abril de 2007 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Taquara/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Riozinho-RS, de março de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: